CONTRATO Nº. 068/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA UBAÍRA – S3 GESTÃO EM SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.284.483/0001-08, situada à Rua Antônio Teixeira Della Cella, S/N, Centro – Ubaíra/BA – CEP 45.310-000, neste ato representada pelo Sr. Yurgan Targe Passos de Santana, portador da cédula de identidade nº 08.376.818-12 SSP/BA e inscrito no CPF sob o n.º 004.256.495-63.

CONTRATADA: GLB – EMPRENDIMENTOS MÉDICOS LTDA, empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 04.900.299/0001-91, com sede na Av. Professor Magalhães Neto, 1541, Pituba, Salvador - BA, Cep: 41810-011, e-mail: mendoca.bel@hotmail.com, representada neste ato, nos termos do seu contrato social, por sua sócia Isabel Cristina Alves Mendonça, Portadora do CPF 481.508.785–72 e Carteira de Identidade nº 787735.

As partes acima qualificadas resolvem firmar o presente contrato de prestação de serviços médicos, em benefício ao **Hospital Municipal de Simões Filho e Ambulatório de Especialidades DR. Sergio Macedo**, sendo o pacto regido de acordo com as cláusulas adiante alinhavadas.

SEÇÃO I
DO OBJETO

Cláusula 1ª – Constitui objeto do presente contrato a prestação **contínua, regular e ininterrupta de serviços médicos na função de Coordenação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI)**, abrangendo a **coordenação, supervisão e gestão técnica das atividades assistenciais desenvolvidas na UTI**, incluindo a organização dos fluxos assistenciais, acompanhamento de indicadores de qualidade e segurança do paciente, supervisão das equipes médicas assistenciais, alinhamento com protocolos institucionais e apoio à gestão clínica da unidade.

Parágrafo Primeiro – A execução do objeto caracteriza-se pela aplicação de conhecimentos técnicos e científicos pertinentes à qualificação e experiência possuídas pela **CONTRATADA** na área médica, em completa autonomia técnico-científica e operacional, com conduta elevada, obedecendo aos padrões éticos que balizam a profissão.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Parágrafo Segundo – A execução do presente instrumento é vinculada à vigência do Contrato de Gestão de n.º 0114/2025, firmado entre o Município de Simões Filho e a Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Ubaíra – S3 Gestão em Saúde, Organização Social contratada para a gestão e operacionalização do Hospital Municipal de Simões Filho e Ambulatório de Especialidades Dr. Sergio Macedo, após lograr êxito no Processo Administrativo n.º 5944/2025, Chamamento Público n.º 005/2025.

Parágrafo Terceiro – A execução dos serviços pactuados neste contrato deverá observar as normas dispostas no Contrato de Gestão de n.º 0114/2025 e no Edital que disciplinou a o Chamamento Público n.º 005/2025, bem como os parâmetros e normatizações do SUS para o seu funcionamento, abrangendo os protocolos clínicos institucionais, as normas sanitárias, éticas e legais aplicáveis.

Parágrafo Quarto – Os serviços compreendem, de forma ampla, integrada e não exaustiva, a **coordenação, supervisão e gestão técnica das atividades médicas desenvolvidas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI)**, incluindo, mas não se limitando a: **organização dos fluxos assistenciais e rotinas da UTI; supervisão técnica da equipe médica intensivista; acompanhamento e monitoramento de indicadores assistenciais, de qualidade e segurança do paciente; implementação, padronização e cumprimento de protocolos clínicos; articulação com as demais equipes multiprofissionais e setores de apoio; apoio à gestão clínica da unidade; participação em discussões de casos, reuniões técnicas e ações de melhoria contínua.**

Inclui-se, quando **formalmente demandado pela CONTRATANTE e de forma complementar**, a **atuação médica assistencial direta na UTI**, em regime de plantão ou cobertura assistencial, **sem descaracterizar o objeto principal de Coordenação da Unidade de Terapia Intensiva**, abrangendo, nesses casos, a avaliação clínica inicial e continuada dos pacientes críticos; acompanhamento evolutivo; prescrição médica; solicitação, análise e interpretação de exames complementares; definição e condução de condutas terapêuticas; estabilização de quadros clínicos; realização de altas da UTI quando indicadas; emissão de pareceres; encaminhamentos; bem como o **preenchimento completo, fidedigno, legível e tempestivo dos prontuários médicos**, em conformidade com as normas éticas, técnicas, legais e regulatórias vigentes.

Parágrago Quinto - Os serviços deverão ser prestados por profissionais médicos legalmente habilitados, regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina competente, sendo

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

vedada a subcontratação ou cessão do objeto sem anuência formal e expressa da **CONTRATANTE**.

Parágrago Sexto - Fica estabelecido que os profissionais contratados poderão ser acionados, quando necessário, na qualidade de interconsultores, atuando exclusivamente dentro de suas respectivas especialidades, nos dias de funcionamento do serviço ambulatorial, com a finalidade de prestar suporte técnico, avaliação e orientação clínica, não caracterizando vínculo de presença contínua ou plantão fixo.

Cláusula 2ª – A prestação dos serviços não terá caráter de exclusividade, sendo facultado à **CONTRATADA** prestar serviços para outras entidades públicas ou privadas, evitando, sempre, quaisquer conflitos de interesse ou incompatibilidade de horários.

Cláusula 3ª – Inexistirá vínculo empregatício e/ou subordinação da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE**, sendo que a primeira atuará com absoluta independência técnica e funcional, atuando conforme as suas responsabilidades profissionais e de acordo com as necessidades da Unidade de Saúde, mediante colaboração entre as partes contratantes.

Cláusula 4ª – As partes contratantes estabelecerão de comum acordo a escala de trabalho para o desenvolvimento das atividades dispostas neste instrumento, que se incorporará ao presente instrumento contratual para todos os fins de direito.

Parágrafo Único – Pela prestação dos serviços ora pactuados, a **CONTRATANTE** obriga-se a pagar à **CONTRATADA**, de forma mensal, o valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), pecuniário correspondente aos serviços médicos **efetivamente prestados** no período de competência, apurado com base na **quantidade de plantões realizados**, conforme **escala de serviços previamente pactuada**, multiplicada pelo **valor unitário estabelecido por turno de serviço**, conforme valores convencionados de comum acordo entre as partes.
O pagamento estará condicionado à comprovação da efetiva prestação dos serviços, mediante validação da escala trabalhada e demais documentos exigidos contratualmente, observadas as normas administrativas, operacionais e regulatórias aplicáveis.

Cláusula 5ª – As atividades contratuais serão prestadas, preferencialmente, pelo(s) sócio(s) ou representante(s) legal(is) da CONTRATADA, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição de profissionais, desde que em comum acordo com a **CONTRATANTE**.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

SEÇÃO II
DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 6ª – São obrigações da **CONTRATADA**:

a) Assegurar a **coordenação técnica e assistencial da Unidade de Terapia Intensiva (UTI)**, garantindo atendimento **indiferenciado, contínuo, regular e ininterrupto** aos usuários dos serviços objeto deste Contrato;

b) Executar os serviços em estrita observância ao **plano de trabalho pactuado com a CONTRATANTE**, às normas técnicas, sanitárias, éticas e assistenciais vigentes, bem como às diretrizes estabelecidas pelo **Sistema Único de Saúde (SUS)**;

c) Assumir a **responsabilidade técnica pela coordenação dos serviços médicos desenvolvidos na UTI**, supervisionando a atuação da equipe médica intensivista;

d) Cumprir e acompanhar as **metas quantitativas e qualitativas de desempenho**, indicadores assistenciais, de qualidade e segurança do paciente, previstas no plano de trabalho que instrui o **Contrato de Gestão nº 0114/2025**;

e) Garantir o cumprimento dos **protocolos clínicos, assistenciais, metas e prazos** relacionados à atuação da UTI, conforme pactuado com a CONTRATANTE;

f) Zelar pela adequada utilização e conservação das instalações, equipamentos e recursos da UTI, comunicando prontamente quaisquer anormalidades, falhas ou riscos identificados, bem como evitando desperdícios de materiais, medicamentos, energia elétrica, água e demais insumos;

g) Observar e fazer cumprir as **normas de segurança e biossegurança**, incluindo o uso adequado de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, prevenindo acidentes envolvendo pacientes, profissionais e terceiros, destacando-se que cabe à CONTRATANTE assegurar as condições de trabalho seguras, incluindo o fornecimento de EPIs, equipamentos médico-hospitalares, ventiladores mecânicos, medicamentos e demais insumos necessários à assistência intensiva;

h) Assumir integralmente os **ônus fiscais, tributários, trabalhistas e previdenciários** de sua exclusiva responsabilidade, incluindo a emissão de Nota Fiscal, retenção de tributos e distribuição de créditos aos seus sócios, inexistindo qualquer vínculo laboral entre estes e a CONTRATANTE;

i) Executar os serviços em conformidade com as **normas técnicas, éticas e legais da profissão médica**, observando as determinações dos Conselhos de Classe competentes;

j) Realizar as atividades estritamente relacionadas ao objeto descrito na **Cláusula 1ª** do

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

presente instrumento;

k) Utilizar exclusivamente **profissionais médicos devidamente habilitados, qualificados e regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina**, integrantes de seu quadro, devidamente identificados para atuação na UTI;

l) Não transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

m) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições que ensejaram sua contratação, especialmente quanto à **qualificação técnica e regularidade profissional**;

n) Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações decorrentes do vínculo mantido com os profissionais por ela mobilizados, incluindo encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, tais como **ISS, PIS, COFINS, FGTS, INSS**, dentre outros;

o) Prestar, de forma tempestiva, todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente às demandas e eventuais reclamações;

p) Submeter-se à **fiscalização da CONTRATANTE** e dos órgãos de controle interno e externo, no que se refere à prestação dos serviços, conforme protocolos institucionais e diretrizes da **Secretaria Municipal de Saúde de Simões Filho**;

q) Responsabilizar-se pela guarda, sigilo e correto manuseio de todos os documentos e informações a que tiver acesso, especialmente os **prontuários médicos**, respondendo por perda, extravio, uso indevido ou violação de sigilo;

r) Responsabilizar-se por quaisquer **indenizações, reclamações ou demandas judiciais** decorrentes de ação ou omissão própria, de seus sócios ou prepostos, relacionadas à execução dos serviços contratados;

s) Responder por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da prestação inadequada dos serviços objeto deste Contrato;

t) Responder por danos decorrentes da **interrupção indevida, intempestiva ou injustificada** da prestação dos serviços;

u) Cumprir integralmente as normas e diretrizes previstas no **Regulamento de Compras e Contratações da CONTRATANTE**;

v) Garantir a **continuidade assistencial da UTI**, sendo expressamente vedado o abandono de plantão, quando houver atuação assistencial complementar;

w) Assegurar a **substituição imediata de profissional** em caso de ausência, impedimento ou intercorrência, comunicando prontamente a CONTRATANTE, observando-se que o substituto deverá possuir as mesmas qualificações técnicas exigidas;

x) Cumprir rigorosamente os **protocolos assistenciais, normas técnicas, rotinas**

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

institucionais e diretrizes de segurança do paciente da UTI;

y) Assegurar o correto, completo e tempestivo **registro em prontuário médico**, quando houver atuação assistencial direta;

z) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer **evento adverso, incidente assistencial relevante ou óbito inesperado**, bem como observar integralmente a **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**.

Cláusula 7ª – São obrigações do **CONTRATANTE**:

a) Orientar por escrito, a **CONTRATADA**, a respeito de qualquer alteração nas normas internas, técnicas ou administrativas, que possam ter reflexo no relacionamento, desde que acordado previamente entre as partes;

b) Notificar, por escrito, a **CONTRATADA**, sobre qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços;

c) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

d) Efetuar o pagamento conforme as condições e prazos estipuladas neste contrato;

e) Exigir a observação das normas emanadas pelos órgãos de fiscalização e controle;

f) Montar a tabela da escala do serviço que será discriminada no plano de trabalho.

g) Fornecer condições de trabalho adequadas aos CONTRATADOS de acordo aos conselhos de classe dos profissionais da assistência, destacando-se os conselhos regionais de medicina, enfermagem e fisioterapia.

SEÇÃO III
DO PAGAMENTO

Cláusula 8ª – O pagamento dos serviços convencionados neste instrumento ocorrerá no prazo de 48 horas úteis após a efetivação do repasse financeiro respectivo da Secretaria Municipal de Saúde para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro – O pagamento dos serviços executados em cada competência está condicionado à aprovação da fatura de serviços e à apresentação da nota fiscal, do comprovante de inscrição cadastral, das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Segundo – Em caso de inconsistência na emissão dos documentos elencados no Parágrafo primeiro, o prazo de pagamento contar-se-á a partir da data da sua reapresentação,

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

desde que as inconformidades estejam devidamente sanadas, sem a qual a **CONTRATANTE** não estará autorizada a efetuar o pagamento à **CONTRATADA**.

Cláusula 9ª – O valor consignado na Nota Fiscal será apurado com base no quantitativo de serviços prestados e nos valores convencionados na cláusula 1ª.

Cláusula 10ª – Os pagamentos somente serão efetuados mediante crédito eletrônico em conta bancária previamente indicada pela **CONTRATADA**. Qual seja:

Instituição Bancária (Código)	Agência	Conta Corrente	CNPJ	Titularidade
SANTANDER	3280	13000570-1	04.900.299/0001-91	GLB – EMPRENDIMENTOS MÉDICOS LTDA

Cláusula 11ª – O preço ora convencionado inclui todos os custos operacionais da **CONTRATADA**, bem como os encargos sociais, financeiros, tributários e trabalhistas incidentes sobe o serviço.

SEÇÃO IV
DA VIGÊNCIA E DA TRANSITORIEDADE ASSISTENCIAL

Cláusula 12ª - As partes contratantes, cientes de que o presente instrumento contratual decorre da implantação e assunção da gestão do **Hospital Municipal de Simões Filho e do Ambulatório de Especialidades Dr. Sérgio Macedo,** pela **CONTRATANTE**, prevista para o dia 30 de dezembro de 2025, em decorrência do **Chamamento Público nº 005/2025, Processo Administrativo nº 5944/2025,** reconhecem que a fase inicial de execução contratual se caracteriza por **situação excepcional de transitoriedade assistencial**, marcada pela ausência de tempo hábil para a realização de processo completo e estruturado de transição operacional, bem como para a condução de cotações públicas amplas de serviços especializados.

Parágrafo Primeiro - Em razão do disposto no item anterior, as partes convencionam que, a contar da data de início da vigência contratual, **será instituído período de transitoriedade e avaliação contratual** pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, que poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante manifestação expressa e formal da **CONTRATANTE**.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Parágrafo Segundo - Durante o período de transitoriedade, e eventual prorrogação, o presente contrato permanecerá **sob avaliação técnica, operacional, assistencial, administrativa e econômica**, com vistas à verificação da adequação das condições pactuadas às necessidades reais da unidade hospitalar; à viabilidade da continuidade da contratação; e à compatibilidade dos serviços com a dinâmica assistencial efetivamente implantada.

Parágrafo Terceiro - No curso do período previsto nesta cláusula:

a) As obrigações contratuais permanecerão formalmente vigentes para fins de organização inicial da prestação dos serviços;

b) Não produzirão efeitos entre as partes as penalidades contratuais, inclusive multas, glosas punitivas, advertências formais ou quaisquer sanções previstas neste instrumento, ressalvadas as hipóteses de dolo, fraude, má-fé comprovada e/ou interrupção injustificada de serviços essenciais à assistência à saúde;

c) Eventuais inconformidades identificadas deverão ser tratadas prioritariamente em caráter orientativo, corretivo e cooperativo, observados os princípios da boa-fé objetiva, da função social do contrato e da continuidade do serviço público de saúde.

Parágrafo Quarto - Verificada, a qualquer tempo dentro do período de transitoriedade e avaliação, a inviabilidade técnica, operacional, econômica ou administrativa da manutenção da contratação, qualquer das partes poderá rescindir o presente contrato sem a incidência de multa, indenização, compensação e/ou quaisquer outros ônus, bastando, para tanto, a formalização escrita e devidamente justificada da ausência de interesse na continuidade contratual.

Parágrafo Quinto - A rescisão exercida nos termos desta cláusula não prejudicará:

a) O pagamento dos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão, desde que devidamente executados e comprovados;

b) O cumprimento das obrigações de confidencialidade, responsabilidade civil, sigilo de informações e demais cláusulas que, por sua natureza, sobrevivam à extinção contratual.

Parágrafo Sexto - Encerrado o período de transitoriedade e avaliação, para que continue surtindo efeitos jurídicos daí decorrentes, o contrato deverá ser aditivado mediante expressa anuência das partes.

Parágrafo Sétimo - Em nenhuma hipótese a vigência deste contrato poderá ultrapassar a duração do **Contrato de Gestão nº 0114/2025** ou o prazo de eventual **execução indenizatória** dele decorrente.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Parágrafo Oitavo - A **não renovação, suspensão, extinção** ou **rescisão**, a qualquer título, do **Contrato de Gestão nº 0114/2025,** implicará a **extinção automática e de pleno direito** do presente contrato, **independentemente de notificação prévia** e **sem que caiba à CONTRATADA** qualquer direito a indenização, compensação e/ou multa rescisória.

Parágrafo Nono - A **renovação contratual, acaso celebrada entre as partes,** ficará condicionada à manutenção, pela **CONTRATADA**, da **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária**, ao **adimplemento das obrigações contratuais** e à **ausência de pendências** relativas à execução dos serviços no período anterior à possível renovação.

SEÇÃO V
DAS PENALIDADES

Cláusula 13ª - O descumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações técnicas, assistenciais, éticas, operacionais e/ou administrativas previstas neste contrato, especialmente aquelas relacionadas à continuidade da assistência, segurança do paciente e regularidade dos plantões, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo da responsabilização civil, ética, administrativa e criminal cabível, observados o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade, a razoabilidade e a gravidade da infração.

Cláusula 14ª – Para fins do quanto disposto na cláusula anterior, serão aplicadas, em face da **CONTRATADA**, as seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

a) Advertência Formal Escrita - Aplicável nas hipóteses de:

- Descumprimento pontual de rotinas administrativas ou assistenciais sem danos ao paciente;
- Atraso injustificado no início do plantão, desde que não comprometa a continuidade assistencial;
- Falhas formais no preenchimento de prontuários, passíveis de correção imediata;
- Descumprimento isolado de protocolos institucionais, sem repercussão clínica relevante.

b) Glosa Financeira Proporcional - Aplicável nas hipóteses de:

- Plantão parcialmente cumprido;
- Ausência temporária injustificada durante o plantão;
- Substituição de profissional sem prévia anuência da **CONTRATANTE**;
- Descumprimento da carga horária contratada;

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

- Falhas reiteradas no registro médico ou nos sistemas institucionais;
- Pendência documental, fiscal, trabalhista ou assistencial imputável à **CONTRATADA**;
- Não conformidades técnicas não sanadas pela **CONTRATADA** no prazo de até 48 horas notificação/comunicação formal pela **CONTRATANTE**;
- Necessidade de apuração de evento adverso grave, até sua conclusão.

Parágrafo Primeiro – A glosa corresponderá ao valor proporcional do serviço não prestado ou prestado de forma inadequada, podendo alcançar até **100% (cem por cento)** do valor do plantão afetado.

c) Multa Contratual - Aplicável nas hipóteses de infrações assistenciais graves, tais como:

- Abandono de plantão, ainda que parcial;
- Não comparecimento injustificado a plantão previamente escalado;
- Recusa injustificada de atendimento a paciente;
- Descumprimento de protocolos assistenciais com risco à segurança do paciente;
- Omissão de informações clínicas relevantes ou preenchimento dolosamente incorreto de prontuário;
- Interrupção não autorizada da prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo – A multa poderá variar de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor mensal faturado pela **CONTRATADA** no período de apuração, conforme a gravidade, a reincidência e o impacto assistencial da conduta.

d) Rescisão Contratual por Justa Causa - Aplicável, independentemente de aviso prévio, nas hipóteses de:

- Abandono de plantão com prejuízo à assistência;
- Reincidência em faltas graves previamente advertidas ou multadas;
- Prática de atos que configurem infração ética grave, conforme apuração pelos Conselhos de Classe;
- Interrupção injustificada da prestação dos serviços;
- Descumprimento reiterado de protocolos assistenciais e normas do SUS;
- Ocorrência de dano grave ao paciente por dolo ou culpa grave comprovada;
- Subcontratação ou cessão do objeto sem autorização expressa da **CONTRATANTE**.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Parágrafo Terceiro - A critério da **CONTRATANTE**, os valores eventualmente devidos pela **CONTRATADA** em razão de multa contratual poderão ser compensados com créditos pendentes de pagamento, quando houver.

Parágrafo Quarto - Em caso de necessidade de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos pela **CONTRATADA**, esta responderá pelos custos de cobrança, incluindo custas processuais, cartorárias, honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor devido pela **CONTRATADA**, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês **e** correção monetária pelo IPCA-E.

Parágrafo Quinto - A aplicação de penalidades observará, sempre, o princípio da continuidade do serviço público de saúde, podendo a **CONTRATANTE** adotar medidas imediatas para garantir a assistência aos pacientes, inclusive com substituição emergencial de profissionais, sem que isso gere direito a indenização à **CONTRATADA**.

SEÇÃO VI
DA RESCISÃO

Cláusula 15ª – Constituem motivos de rescisão unilateral pela **CONTRATANTE**:

a) O não cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, resguardado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

b) Em caso de reajuste, a falta de acordo quanto ao percentual a ser aplicado.

c) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos pela **CONTRATADA**.

d) O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, bem como a lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços e metas nos prazos estipulados.

e) O atraso injustificado no início dos serviços.

f) A paralisação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação a **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

g) A subcontratação total ou parcial do objeto do presente Contrato sem prévia anuência, por escrito, da **CONTRATANTE**; a associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado, a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**.

h) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços quanto ao cumprimento do contrato e das

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

metas estabelecidas.

i) O cometimento reiterado de falhas na sua execução, anotadas em registro próprio, pela Coordenação da **CONTRATANTE**.

j) A dissolução da empresa contratada.

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que se torne incompatíveis com a execução do objeto deste instrumento.

l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução parcial ou total deste Contrato.

Cláusula 16ª – Constituem motivos de rescisão do Contrato pela **CONTRATADA**:

a) O descumprimento das obrigações contratuais por parte da **CONTRATANTE**.

b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, contados da data da sua emissão, do pagamento das Notas Fiscais de Serviços, mediante repasse do município.

Cláusula 17ª – A declaração de rescisão contratual deve ser expressa e formalmente comunicada à outra parte, com exposição dos motivos que a ensejaram, estabelecendo as partes que a simples notificação por e-mail, mediante confirmação de recebimento, é suficiente para tanto.

Cláusula 18ª – Constituem motivos para a rescisão, por ambas as partes, sem qualquer pagamento indenizatório ou ressarcimento:

a) O decurso do prazo contratual previsto na Cláusula 12ª.

b) O desinteresse de qualquer das partes na continuidade do Contrato, reduzida a termo, observado o prazo de 30 (trinta) dias de denúncia.

c) A não renovação/prorrogação ou a rescisão, independente do motivo, do Contrato de Gestão nº 0114/2025, firmado entre a **CONTRATANTE** e a Prefeitura Municipal de Simões Filho, havendo a necessidade de prévia notificação ao **CONTRATADO**.

Cláusula 19ª – Nos casos de rescisão contratual, é de responsabilidade da **CONTRATANTE** a substituição imediata do atendimento prestado pela **CONTRATADA**.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

SEÇÃO VII
DA ANTICORRUPÇÃO

Cláusula 20ª - Caso a **CONTRATANTE** identifique indícios e/ou evidências de que a **CONTRATADA**, seus sócios, administradores, empregados, prepostos e/ou terceiros a ela vinculados tenham participado de práticas ilícitas, tais como: corrupção, fraude, colusão, coerção ou obstrução, a **CONTRATANTE** poderá suspender cautelarmente a execução dos serviços, instaurando procedimento de apuração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula 21ª - A suspensão cautelar mencionada no parágrafo anterior será proporcional, e limitada, ao objeto diretamente afetado pelos fatos sob apuração, não podendo, tal circunstância, em hipótese alguma, inviabilizar a regular continuidade dos serviços essenciais pela **CONTRATADA**, tampouco causar prejuízos à execução contratual.

Cláusula 22ª - Confirmada a ocorrência de quaisquer das práticas previstas nesta Seção, a **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato por justa causa, sem prejuízo da aplicação de penalidades contratuais e da adoção de medidas administrativas, civis e criminais cabíveis.

Cláusula 23ª - As sanções contratuais e legais somente serão aplicadas após decisão fundamentada, proferida em procedimento regular, que assegure a ampla defesa e o contraditório à **CONTRATADA**.

Cláusula 24ª – Para os fins deste contrato, considera-se:
a) Prática de corrupção: oferecer, prometer, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, vantagem indevida para influenciar ato ou decisão de agente público ou privado, relacionada à contratação ou execução contratual;
b) Prática fraudulenta: falsificação, adulteração ou apresentação de informações inverídicas com o propósito de obter vantagem indevida, induzir a erro ou evitar o cumprimento de obrigações contratuais;
c) Prática colusiva: ajuste prévio entre duas ou mais partes visando fraudar, manipular ou frustrar a competitividade de procedimentos de contratação ou influenciar indevidamente a execução do contrato;
d) Prática coercitiva: causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou econômico a agente público, representante da **CONTRATANTE** ou terceiros, visando obter vantagem indevida ou influenciar sua conduta;

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

e) Prática obstrutiva: conduta destinada a dificultar ou impedir investigações, auditorias ou apurações, incluindo destruição, falsificação ou ocultação de documentos, prestação de informações falsas ou intimidação de testemunhas.

Cláusula 25ª - Caso seja constatado que sócio, administrador, preposto, colaborador e/ou terceiro vinculado à **CONTRATADA** tenha praticado qualquer das condutas ilícitas descritas nesta Seção, a **CONTRATADA** deverá, imediatamente, promover sua substituição e adotar medidas internas para evitar a repetição da conduta, sem prejuízo das penalidades contratuais e legais cabíveis.

Cláusula 26ª - A **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada por atos praticados isoladamente por prepostos e/ou terceiros, sem ciência, anuência ou benefício direto de sua parte, desde que comprove ter adotado medidas de compliance e diligências compatíveis com os padrões éticos e morais necessários ao cumprimento do objeto do contrato, inclusive com as diretrizes internas e principiológicas da **CONTRATANTE**.

SEÇAO VIII
DO CONTROLE DE QUALIDADE E DO GESTOR DE CONTRATO

Cláusula 27ª – A execução dos serviços, objeto deste Contrato, será acompanhada, fiscalizada e atestada pela Superintendência Médica e pela Diretoria Técnica da Unidade.

Cláusula 28ª – O atingimento das metas e a qualidade dos serviços executados pela **CONTRATADA** serão avaliados pela Superintendência Médica e pela Diretoria Técnica da Unidade, para fins de avaliação da conformidade técnica e operacional dos serviços contratados.

SEÇÃO IX
DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

Cláusula 29ª – Comprometem-se, as partes, a não divulgar a terceiros quaisquer informações obtidas durante a vigência do Contrato, toda e qualquer informação não disponível ao público, revelada, fornecida, comunicada ou obtida, seja verbalmente ou por escrito, de técnicas, estratégias, projetos, metodologias, plantas, visão de negócio, formato de funcionamento, serviços a serem prestados, informações sobre soluções planejadas ou realizadas, e outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, bem como a forma de apresentação das soluções e abordagem de comunicação além de todos os documentos relativos ao Contrato, bem como quaisquer outras informações reveladas por uma das Partes, na pessoa de seus

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

representantes ou contratados, para a prestação dos serviços.

SEÇÃO X
DA ASSINATURA E EFICÁCIA DO CONTRATO

Cláusula 30ª - O presente contrato tem vigência a partir de 30 de dezembro de 2025, para todos os jurídicos, legais e obrigacionais efeitos, ainda que sua assinatura tenha, efetivamente, ocorrido em data posterior junto a plataforma D4Sign em razão de trâmites internos de formalização e processamento eletrônico necessários.

Cláusula 31ª - As partes reconhecem que as atividades contratadas tiveram início efetivo na data acima mencionada, com ciência e anuência prévia e expressa da **CONTRATANTE e da CONTRATADA**, razão pela qual se conferem plenos efeitos jurídicos e financeiros a partir daquela data, abrangendo as obrigações, direitos e responsabilidades assumidas pelas partes contratantes.

Cláusula 32ª - A assinatura digital deste instrumento em data posterior, através da plataforma de assinatura digital D4Sign, não implica novação, interrupção ou irregularidade na execução dos serviços, servindo apenas para consolidar, documentalmente, a relação jurídica já existente e vigente entre as partes, observados os princípios da boa-fé, continuidade administrativa e eficiência operacional e obrigacional, como eficácia plena e imediata das cláusulas contratuais, a partir da data acima designada para a efetiva operacionalização do objeto do contrato.

Cláusula 33ª - Fica expressamente ajustado que a data da vigência não afasta a obrigatoriedade de observância dos demais prazos contratuais, nem prejudica o cumprimento das condições de execução, fiscalização e/ou prestação de contas previstas nos instrumentos normativos e legais aplicáveis.

SEÇÃO XI
CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 34ª – Cada parte responsabilizar-se-á pelas obrigações que lhes são correspondentes, na forma do presente contrato e por imposição legal, devendo cumpri-las e assumir o risco próprio do negócio, cada qual na medida das suas respectivas posições neste contrato:

a) Respondendo por qualquer dano ou prejuízo causado por atos próprios e/ou de seus prepostos à outra parte e/ou terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

do objeto previsto neste instrumento contratual;

b) Responsabilizando-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, respondendo diretamente por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes de mau uso que deles fizer;

c) Responsabilizando-se pelo pagamento de seus empregados nos prazos previstos pela legislação vigente, bem como por todos os encargos (inclusive o recolhimento ao FGTS e das contribuições previdenciárias), tributos, reclamações e indenizações de qualquer natureza relativos aos serviços que são objeto deste Contrato, ou dele decorrentes;

d) Responsabilizando-se cada qual pelos tributos Municipais, Estaduais e Federais (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato ou de sua execução, de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, sem direito a reembolso, cada uma das partes, pelos tributos decorrentes de suas atividades.

e) Responsabilizar-se pelos danos causados à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros por interrupção imotivada e/ou em desrespeito ao presente instrumento contratual da prestação do serviço.

Cláusula 35ª – As partes contratantes, desde já, anuem que eventuais omissões ou dissensos decorrentes da interpretação deste contrato serão resolvidos por meio da aplicação da legislação cível, considerando-se, especialmente, os ditames da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 36ª – As notificações escritas mencionadas neste contrato serão consideradas efetuadas desde que sejam encaminhadas aos endereços registrados neste instrumento, cabendo às partes contratantes manterem-se informadas sobre quaisquer mudanças de endereços, telefones e/ou de e-mails, ou mesmo quaisquer alterações nos atos constitutivos da pessoa jurídica contratada.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

SEÇÃO XII

DO FORO

Cláusula 37ª – Para dirimir as questões resultantes deste contrato, será competente o foro da comarca de Salvador, Bahia, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, de acordo, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, depois de lido e achado conforme.

Simões Filho, Estado da Bahia, 05 de janeiro de 2026.

_____

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: Adielma do S. da S. Nizarala	NOME: Paula Carine N Gomes
CPF: 511.662.245-20	CPF: 021.680.325-05

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

GLB – EMPRENDIMENTOS MÉDICOS LTDA, empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 04.900.299/0001-91, com sede na Av. Professor Magalhães Neto, 1541, Pituba, Salvador - BA, Cep: 41810-011, e-mail: mendoca.bel@hotmail.com, representada neste ato, nos termos do seu contrato social, por sua sócia Isabel Cristina Alves Mendonça, Portadora do CPF 481.508.785–72 e Carteira de Identidade nº 787735, **assume o compromisso de manter confidencialidade** e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas, bem como sobre todos os documentos que serão disponibilizados pela **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA UBAÍRA – S3 GESTÃO EM SAÚDE,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.284.483/0001-08, situada à Rua Antônio Teixeira Della Cella, S/N, Centro – Ubaíra/BA – CEP 45.310-000, neste ato representada pelo Sr. Yurgan Targe Passos Santana, portador da cédula de identidade no 08.376.818-12 SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 004.256.495-63, tendo entre si justa e acertada, a celebração do presente **TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**, através do qual a(o) **CONTRATADA(O)** aceita não divulgar sem autorização prévia e formal segredos e informações sensíveis de propriedade da **CONTRATANTE** e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª – A(O) CONTRATADA(O) reconhece que em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que devem ser entendidas como segredo. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios Colaboradores da(o) CONTRATADA(O), sem a expressa e escrita autorização da CONTRATANTE;

Cláusula 2ª – Todas as informações pessoais, técnicas e/ou sigilosas obtidas através da prestação de serviços ao CONTRATANTE, relacionadas a demandas, clientes, procedimentos, organização, estratégias ou desempenho serão tidas como CONFIDENCIAIS e SIGILOSAS.

Parágrafo Único Serão consideradas **CONFIDENCIAIS** e **SIGILOSAS**, para efeito deste TERMO, toda e qualquer informação, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, processos e designs, patenteáveis ou não, sistemas de

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

produção, logística e layouts, planos de negócios (business plans), métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, documentos, contratos, papéis, estudos, pareceres e pesquisas a que a(o) CONTRATADA(O) tenha acesso:

a) por qualquer meio físico, tais como documentos expressos, manuscritos, mensagens eletrônicas (e-mail), fotografias, imagens, vídeos etc.;

b) por qualquer forma registrada em mídia eletrônica, inclusive armazenamento em nuvem;

c) oralmente.

Cláusula 3ª– A(O) CONTRATADA(O) se compromete:

a) A não utilizar QUAISQUER informações (Técnicas Administrativas ou Gerenciais), confidenciais ou não, a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

b) A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação a que tiver acesso;

c) A não repassar o conhecimento das informações, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas;

d) Em cuidar para que as informações confidenciais fiquem restritas ao conhecimento tão somente das pessoas que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações;

e) Não divulgar a terceiros quaisquer informações obtidas na execução dos serviços contratados, toda e qualquer informação não disponível ao público, revelada, fornecida, comunicada ou obtida, seja verbalmente ou por escrito, de técnicas, estratégias, projetos, metodologias, plantas, visão de negócio, formato de funcionamento, serviços a serem prestados, informações sobre soluções planejadas ou realizadas, e outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, bem como a forma de apresentação das soluções e abordagem de comunicação, bem como quaisquer outras informações reveladas por uma das Partes, na pessoa de seus representantes ou contratados.

Cláusula 4ª – As informações, exemplificadas abaixo, devem receber o tratamento de confidencialidade adequado, de acordo com o seu nível de classificação:

a) Informações relativas à Recursos Humanos;

b) Programas/Sistemas de computador, suas listagens, documentação, artefatos diversos, código fonte e código objeto;

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

c) Toda a informação relacionada a programas existentes ou em fase de desenvolvimento, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultados de testes, arquivos de dados, artefatos diversos e versões “beta” de quaisquer programas;

d) Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito;

e) Metodologia, projetos e serviços utilizados;

f) Números e valores financeiros.

Cláusula 5ª – A(O) CONTRATADA(O) reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou que venham a surgir no futuro devem ser mantidas sob segredo.

Parágrafo Único - Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a(o) CONTRATADA(O) deve tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizado, formalmente, a tratá-la de forma diferente pela CONTRATANTE.

Cláusula 6ª– A(O) CONTRATADA(O) reconhece que, no seu desligamento definitivo da CONTRATANTE, deverá entregar à CONTRATANTE todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo matérias sigilosas relacionadas com a CONTRATANTE, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A(O) CONTRATADA(O) também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para a CONTRATANTE.

Cláusula 7ª – A(O) CONTRATADA(O) deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante o ciente de seus colaboradores em Termo próprio a ser firmado entre a(o) CONTRATADA(O) e seus colaboradores, e que os mesmos comprometer-se-ão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

Parágrafo primeiro - A coleta dos Termos de Sigilo de seus colaboradores não exime a(o) CONTRATADA(O) das penalidades por violação das regras por parte de seus contratados.

Parágrafo segundo - A(O) CONTRATADA(O) deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores à CONTRATANTE, caso haja, no prazo de 10 (dez) dias após assinatura dos respectivos termos.

Parágrafo terceiro - Sempre que um colaborador for admitido, a(o) CONTRATADA(O) deverá

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

fornecer cópia dos novos termos firmados no prazo de 5 (cinco) dias após assinatura dos respectivos termos.

Cláusula 8ª - O atendimento deste TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, devem ser incorporados formalmente ao contrato de trabalho dos funcionários da(o) CONTRATADA(O) que prestarem serviços à CONTRATANTE.

Cláusula 9ª – Em caso de qualquer falha na segurança das informações confidenciais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE. A pronta comunicação da(o) CONTRATADA(O) não exclui, entretanto, a sua responsabilização pelo defeito na proteção dos dados sigilosos.

Cláusula 10ª- O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização civil e criminal, de acordo com a legislação vigente.

Cláusula 11ª - A PARTE que violar as obrigações previstas neste Termo deverá indenizar e ressarcir a outra PARTE pelas perdas, lucros cessantes, danos diretos e indiretos e quaisquer outros prejuízos patrimoniais ou morais que surjam em decorrência deste descumprimento.

Parágrafo Único - Por ocasião de sua violação, o Termo de Confidencialidade poderá ser imediatamente rescindido pela PARTE prejudicada, sem necessidade de aviso prévio e sem gerar, com este fato, direito a indenizações ou ressarcimentos.

Cláusula 12ª - O presente acordo possui caráter irrevogável e irretratável e inicia a partir da data de sua assinatura, permanecendo-o enquanto estiver sendo desenvolvido ou executado os serviços contratados, salvo autorização por escrito, concedida pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA UBAÍRA – S3 GESTÃO EM SAÚDE.
Parágrafo Único - Após a extinção do Termo, as obrigações de confidencialidade nele firmadas manter-se-ão ainda por um período de 05 (anos), a contar da data da rescisão contratual.

Cláusula 13ª - A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Salvador/Bahia, local da execução dos serviços, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

E, por estarem assim justas e acordadas, as PARTES assinam este instrumento em 02 (duas) vias de idêntico conteúdo e forma, na presença das testemunhas que subscrevem, depois de lido e achado conforme.

Simões Filho, Estado da Bahia, 05 de janeiro de 2026.

_____

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: Adielma do S. da S. Nizarala	NOME: Paula Carine N Gomes
CPF: 511.662.245-20	CPF: 021.680.325-05

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

304058
364062

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFÍCIO
MICROFILMADO
- 33027 -

Pág. 01

ALTERACAO CONTRATUAL DA SOCIEDADE SIMPLES:
GLB - EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA.

ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA, brasileira, medica, solteira, natural de Maruim-Se, nascida em 28.10.1968, portadora da Identidade N. 787735/SSP-SE, CPF-481.508.785-72 e CREMEB-11.743, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Jose Peroba, 225, Ap.1.403-Costa Azul, CEP-41.770-235; **LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ**, brasileira, medica, solteira, natural de Salvador-Ba, nascida em 21.07.1972, portadora da Identidade N. 4294913/ SSP-Ba, CREMEB-12.773 e CPF-685.373.105-06, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Rio de Janeiro, 591, Ap. 1101, Pituba, CEP-41.830-401 e **GIOLANA NUNES**, brasileira, medica, solteira, natural de Santa Vitória do Palmar-RS, nascida em 04.04.1967, portadora da Identidade N. 6008915388/SSP-RS, CREMEB-12.529 e CPF-482.282.570-15, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Janaina, 10-B, Sussuarana, CEP-41.213-740, sócias da sociedade simples limitada: **GLB- EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA.**, estabelecida na Av. Professor Magalhães Neto, 1541, Hospital da Bahia, sala 3020, Loteamento Aquárius, Pituba, CEP-41.810-011, Salvador-Bahia., inscrita no CNPJ-04.900.299/0001-91 e Registro no Cartório de Registros das Pessoas Jurídicas 1º Oficio, Microfilme 19.924 em 10.04.2006, resolvem alterar seu Contrato Social Simples conforme as seguintes clausulas e condições:

1ª A sociedade passa a ter como objeto social a prestação de serviços médicos em Terapia Intensiva e Colonoscopia, com realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares.

2ª. Retira-se da sociedade, devidamente embolsada de todos os seus direitos e haveres, dando total quitação aos sócios e a sociedade, para nada mais reclamar, por mais especial que seja e a que titulo for a sócia: GIOLANA NUNES, cujas 1000 (Um mil) quotas de Capital foram adquiridas pelas sócias remanescentes: ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA, 500 (Quinhentas) quotas, já integralizadas em moeda corrente no país, e, LUCIANE ARIZE SANTOS CRUZ, 500 (Quinhentas) quotas, já integralizadas em moeda corrente no país.

CRE[illegible]
Con[illegible]

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFÍCIO
MICRO
33027
Pag. 03

financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

8ª. As demais clausulas do contrato social consolidado não alteradas pelo presente instrumento de alteração contratual permanecem em pleno vigor.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (Três) vias.

Salvador, 01 de Novembro de 2.010

ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA

GIOLANA NUNES

LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ

ADVOGADO: Dr. Sérgio Couto
OAB/BA Nº 13.959
CPF: 678.154.055-68

TESTEMUNHAS:

AUGUSTO CESAR CUNHA PAIM
CPF-064.184.575-87

MARIA DO CARMO ALMEIDA
CPF-459.268.755-87

CREMEB VISTO
19/05/11
Consa Maria Lucia Bomfim Árbea

TABELIONATO DE NOTAS
Rua Marques de Leão, nº 11 - Barra
CNPJ Nº 13.477.070/0001-87
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s)
Sera-assinado(s) de: GIOLANA NUNES
-AUGUSTO CESAR CUNHA PAIM
-MARIA DO CARMO ALMEIDA
Salvador, 21 de Março de 2011.
Em testemunho da verdade.
JOAO THARSIO PEREIRA DA SILVA
ESCREVENTE
ESTE CARIMBO SUBSTITUI O SELO
DIGI - R$: 1,50

TABELIONATO DE NOTAS
SANDRA MARIEIRA CUNHA DE ALMEIDA - TABELIÃ
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s)
de: LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ
Salvador, 27 de Junho de 2011.
Em testemunho da verdade.
DANIELA [illegible] CORREA
ESCREVENTE
ESTE CARIMBO SUBSTITUI O SELO
DIGI - R$: 1,50

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

TABELIONATO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de [03bq3912]-ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA.

Salvador, 28 de Junho de 2011.

Em Test! da verdade.

ELIANA REIS DE QUEIROZ
ESCREVENTE

ESTE CARIMBO SUBSTITUI O SELO
027 - R$: 1,30

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFICIO SALVADOR BAHIA
MICROFILMADO
33027

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
DE
REGISTRO CIVIL PESSOAS JURIDICAS
RUA [illegible] GONÇALVES Nº 2

O presente documento foi apresentado hoje para o registro
PROTOCOLO Nº 8
MICROFILME Nº 33027 Rolo 457
Registrado sob o Nº 33027
Salvador 12 de Julho de 2011
Custas

[illegible] Carvalhal - Oficial
Avilton [illegible] Pinho - Sub-Oficial Designado

FOI EFETUADA A COMPETENTE
AVERBAÇÃO À MARGEM DO
REGISTRO Nº 19924 NO LIVRO A13

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
19924

ALTERACAO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE GLB - EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA.

ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA, brasileira, medica, solteira, natural de Maruim-Se, nascida em 28.10.1968, portadora da Identidade N. 787735/SSP-SE, CIC-481.508.785-72 e CREMEB-11.743, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Jose Peroba, 225, Ap.1.403-Costa Azul, CEP-41.770-235; **LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ**, brasileira, medica, solteira, natural de Salvador-Ba, nascida em 21.07.1972, portadora da Identidade N. 4294913/ SSP-Ba, CREMEB-12.773 e CIC-685.373.105-06, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Rio de Janeiro, 591, Ap. 1101, Pituba, CEP-41.830-401 e **GIOLANA NUNES**, brasileira, medica, solteira, natural de Santa Vitória do Palmar-RS, nascida em 04.04.1967, portadora da Identidade N. 6008915388/SSP-RS, CREMEB-12.529 e CIC-482.282.570-15, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Janaina, 10-B, Sussuarana, CEP-41.213-740, sócias da Empresa: GLB- EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA., estabelecida na Rua Fortunato Azevedo, 150, Centro, Amélia Rodrigues-Ba., CEP-44.230-000, inscrita no CNPJ-04.900.299/0001-91 e na JUCEB sob N.29.202.430.914 em 21.01.2002, resolvem alterar e consolidar seu Contrato Social conforme as seguintes clausulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - Neste ato o tipo jurídico passa a ser Sociedade Simples Limitada e transfere seu registro para o Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas.

CLAUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços médicos.

CLAUSULA TERCEIRA - A sede da sociedade passa a ser na Av. Professor Magalhães Neto, 1541, Hospital da Bahia, sala 3020, Loteamento Aquárius, Pituba, CEP-41.810-011, Salvador-Bahia.

CLAUSULA QUARTA - As quotas de Capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

CLAUSULA QUINTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

CLAUSULA SEXTA -(Os) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não est(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

VISTO
Marco Aurélio C... Ferreira

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR BA
MICROFILMADO
19924

Continuação da Alteração Contratual e Consolidação da Sociedade:
GLB - EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA.

CLAUSULA SETIMA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. **(arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).**

CLAUSULA OITAVA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA NONA - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DECIMA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. **(art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).**

A vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação: **ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA**, brasileira, medica, solteira, natural de Maruim-Se, nascida em 28.10.1968, portadora da Identidade N. 787735/SSP-SE, CIC-481.508.785-72 e CREMEB-11.743, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Jose Peroba, 225, Ap.1.403-Costa Azul, CEP-41.770-235; **LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ**, brasileira, medica, solteira, natural de Salvador-Ba, nascida em 21.07.1972, portadora da Identidade N. 4294913/ SSP-Ba, CREMEB-12.773 e CIC-685.373.105-06, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Rio de Janeiro, 591, Ap. 1101, Pituba, CEP-41.830-401 e **GIOLANA NUNES**, brasileira, medica, solteira, natural de Santa Vitória do Palmar-RS, nascida em 04.04.1967, portadora da Identidade N. 6008915388/SSP-RS, CREMEB-12.529 e CIC-482.282.570-15, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Janaina, 10-B, Sussuarana, CEP-41.213-740, sócias da sociedade simples limitada: GLB- EEMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA., estabelecida na Av. Professor Magalhães Neto, 1541, Hospital da Bahia, sala 3020, Loteamento Aquárius, Pituba, CEP-41.810-011, Salvador-Bahia., inscrita no CNPJ-04.900.299/0001-91, resolvem consolidar seu Contrato Social conforme as seguintes clausulas e condições:

1ª. A sociedade gira sob o nome: GLB- EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA., estabelecida na Av. Professor Magalhães Neto, 1541, Hospital da Bahia, sala 3020, Loteamento Aquárius, Pituba, CEP-41.810-011, Salvador-Bahia.

2ª. O objeto social é a prestação de serviços médicos.

3ª.A sociedade iniciou suas atividades em 21.01.2002 e seu prazo é indeterminado.

CREMEB - VISTO
Marco Aurélio

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
REGISTRADO
19924

4ª. O capital social é de R$ 3.000,00 (Tres mil reais), dividido em 3.000 (Tres mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, assim subscritas:

SOCIO	N. COTAS	R$
ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA	1.000	1.000,00
LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ	1.000	1.000,00
GIOLANA NUNES	1.000	1.000,00

5ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

6ª. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

7ª. A administração da sociedade caberá aos sócios, em conjunto, mínimo de dois, sendo vedado o uso do nome social em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).

8ª. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção da participação de cada um na consecução dos resultados auferidos.

9ª. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

10ª. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11ª. Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BA
MICROFILMADO
19924

13ª. (Os) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não est(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

14ª. **Fica eleito o foro de Salvador-Bahia** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 04 (Quatro) vias.

Salvador, 01 de Fevereiro de 2.006

ISABEL CRISTINA ALVES MENDONÇA

GIOLANA NUNES

LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ

ADVOGADO:
Dr. Sérgio Couto
OAB/BA Nº 13.959
CPF: 678.154.055-68

1º TRASLADO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS
SANDRA SANDRINA CARLA DE ALMEIDA - TABELIÃ
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de [Styczqua] LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ...
Salvador, 16 de março de 2006.
Em testº [illegible] verdade.
DENISE FIGUEIRÔA DA ROSA
ESCREVENTE
ESTE CARIMBO SUBSTITUI O SELO

TESTEMUNHAS:

AUGUSTO CESAR CUNHA PAIM
C.I. 984.594/SSP-Ba.

MARIA DO CARMO ALMEIDA
C.I.03260929 94/SSP-Ba.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/02/2006
JUCEB SOB Nº: 96667915
Protocolo: 06/052265-8
Empresa: 29 2 0243091 4
GLB EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA
ANTONIO FERNANDO A. CORDEIRO
SECRETARIO-GERAL SUBSTITUTO

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

TABELIONATO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
[SYzcvfC0]-MARIA DO CARMO ALMEIDA.....
[SYzcARR0]-AUGUSTO CESAR CUNHA PAIM.....
[SYzcWZf80]-GIOLANA NUNES.....
[SYzc4I00]-ISABEL CRISTINA ALVES MENDONCA.

Salvador, 16 de Março de 2006.

Em Testº da verdade.

MARTHALVA FERREIRA CONCEICAO
ESCREVENTE AUTORIZADA
ESTE CARTÓRIO SUBSTITUI O SELO
007 - R$: 4,00

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR-BAHIA
MICROFILMADO
- 19924

CARTORIO DO 1º OFICIO
DE
REGISTRO CIVIL PESSOAS JURIDICAS
RUA ARCHIMEDES GONÇALVES Nº 2

O presente documento foi apresentado hoje para o registro
PROTOCOLO Nº 8
MICROFILME Nº 19924 do 338
Registrado no livro A-13 Nº 19924
Salvador 10 de abril de 2006
Dou Fé

Ari José Carvalhal - Oficial
Aylton da Silva Pinho - Sub-Oficial Designado

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Pôr este instrumento particular, ISABEL CRISTINA ALVES MENDONCA, brasileira, medica, solteira, portadora da Identidade N.787735 /SSP-SE., CREMEB-11.743 e CIC-481.508.785-72residente e domiciliada nesta Capital na Rua Dr. José Peroba, 225, Ap. 1403-Stiep, CEP-41.760-320; LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ, brasileira, medica, solteira, portadora da Identidade N. 4294913/SSP-Ba., CREMEB-12.773 e CIC-685.373.105-06, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Cláudio Manoel da Costa, 156, Ap. 802-Canela, CEP-40.110-180 e GIOLANA NUNES, brasileira, Medica, solteira, portadora da Identidade N. 6008915388/SSP-RS., CREMEB-12.529 e CIC-482.282.570-15, residente e domiciliada nesta Capital no Condomínio Parque Jacelia, 10-B, Sussuarana, CEP-41.213-740, resolvem constituir uma Sociedade Pôr Cotas de Responsabilidade Limitada que se regera pelas disposições legais e pelas seguintes clausulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - A sociedade adotará a denominação social de: " GLB - EMPREENDIMENTOS MEDICOS LTDA.

CLAUSULA SEGUNDA - A sociedade terá pôr objeto social a presta - ção de serviços médicos na área de Clinica Medica, Cirúrgica, Coloproctologia e Terapia Intensiva.

CLAUSULA TERCEIRA - A sociedade terá sede na Rua Fortunato Azevedo, 150 - Centro, CEP-44.230-000, Amélia Rodrigues-Bahia.

CLAUSULA QUARTA - O Capital Social será de R$ 3.000,00 (Três mil reais), dividido em 3.000 (Três mil) cotas no valor de R$ 1,00 (Um real) cada, totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente no País, estando assim distribuído entre os sócios:

SOCIOS	N.COTAS	R$
ISABEL CRISTINA ALVES MENDONCA	1.000	1.000,00
LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ	1.000	1.000,00
GIOLANA NUNES	1.000	1.000,00
TOTAIS	3.000	3.000,00

CLAUSULA QUINTA - A responsabilidade dos sócios é limitada a importância total do Capital Social.

CLAUSULA SEXTA - A sociedade será gerida e administrada, pelos sócios, em conjunto, mínimo de dois.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

CLAUSULA SÉTIMA - Para que possa qualquer dos sócios alienar suas cotas de Capital, seja a que título for, a estranhos a sociedade, deverá antes outorgar ao(s) que permanecer(em) o direito de preferencia que sempre se operara preço pôr preço, devendo comunicar, pôr escrito, aos sócios remanescentes seu desejo de alienar suas cotas e concedendo-lhes o prazo de 30(trinta) dias para exercerem o direito de preferencia. Findo este prazo não sendo processado o direito de preferencia pêlos sócios remanescentes fica o sócio retirante livre para transferir suas cotas a quem desejar.

CLAUSULA OITAVA - O pagamento dos haveres dos sócios retirante dar-se-a em 03(três) parcelas consecutivas, mensais e corrigidas pôr índices de correção oficial, vencendo-se a primeira 45 (quarenta e cinco) dias após o afastamento.

CLAUSULA NONA - A sociedade não se dissolverá pela retirada ou falecimento de um dos sócios, continuando com os demais, observando-se as seguintes regras:

a) Em caso de falecimento de um dos sócios as cotas serão adquiridas, preferencialmente pelo grupo;

b) Na hipótese de um dos sócios, pôr divergência, morte, incapacidade ou conveniência de ordem social retira-se da sociedade, ser-lhe-a assegurado ou aos seus herdeiros, o reembolso da quantia correspondente ao valor de suas cotas, calculado de acordo com um Balanço da Empresa, a ser levantado na época do afastamento do sócio:

CLAUSULA DECIMA - As Alterações Contratuais que versem sobre a gerência, denominação, sede, objetivo, destinacao de lucros, aumento ou diminuição de Capital e admissão de novos sócios só poderão ser processadas pôr decisão de sócios que detenham a maioria do Capital Social.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - A sociedade terá prazo de duração indeterminado a partir desta data, extinguindo-se, todavia, pôr decisão de sócios que detenham a maioria do Capital Social.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - O exercício social coincidira com o ano civil. Anualmente, a 31 de Dezembro, será elaborado um Balanço Geral e uma Demonstração de Lucros e Perdas. O lucro ou Prejuízo apurados serão divididos ou suportados pêlos sócios na proporção da participação de cada um na obtenção dos resultados auferidos, exceto se deliberarem os sócios, leva-lo ao Patrimônio Liquido da Sociedade para posterior utilização.

DECIMA TERCEIRA - Fica eleito para dirimir as dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste instrumento o Foro Central da Comarca de Amélia Rodrigues , no estado da Bahia, com renuncia de qualquer outro pôr mais privilegiado que seja.

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

CLAUSULA DECIMA QUARTA - Os sócios declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comercio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - Os sócios terão direito a uma retirada de Pro-Labore a ser definida entre eles.

E, pôr assim estarem de comum acordo assinam o presente instrumento em 03(três) vias datilografadas de um só lado, de mesma forma e teor para que produzam um só efeito , o que fazem na presença de duas testemunhas que tudo assistiram e também assinam.

Salvador, 02 de Janeiro de 2.002

GIOLANA NUNES

LUCIANE ARIZE SANTOS DA CRUZ

ISABEL CRISTINA ALVES MENDONCA

Advogado

TESTEMUNHAS:

AUGUSTO CESAR CUNHA PAIM
C.I. 984.594/SSP-Ba.

CLAUDIO CARIBE PAIM
C.I.08099980 84/SSP-Ba.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/01/2002
JUCEB SOB O NUMERO: 29202430914
Protocolo: 02/002444-4
FIDELIS SARNO
SECRETARIO-GERAL

D4Sign 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil
mScanner

Glb – Emprendimentos Médicos Ltda CG 0114 2025 pdf

Código do documento 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df

Anexo: GLB - contrato da Empresa.pdf

Assinaturas

Isabel CRISTINA ALVES Mendonca
mendonca.bel@hotmail.com
Assinou

Paula Carine Nascimento Gomes
paula.gomes@s3saude.com.br
Assinou

Adielma do Socorro da Silva Nizarala
diretoriamedica.hmsf@s3saude.com.br
Assinou

Amado Nizarala
amado.nizarala@s3saude.com.br
Assinou

Fábio Pires da Silva
fabio@vecadvocacia.adv.br
Assinou

Yurgan Targe Passos Santana
yurgantarge.contratos@s3saude.com.br
Assinou

Eventos do documento

19 Jan 2026, 13:43:58
Documento 34e2b96c-348c-43b4-8911-7866cb5e56df **criado** por PAULA CARINE NASCIMENTO GOMES (ce738a82-6e7b-4c94-ba17-d81518e4e745). Email:paula.gomes@s3saude.com.br. - DATE_ATOM: 2026-01-19T13:43:58-03:00

19 Jan 2026, 13:45:37
Assinaturas **iniciadas** por PAULA CARINE NASCIMENTO GOMES (ce738a82-6e7b-4c94-ba17-d81518e4e745). Email: paula.gomes@s3saude.com.br. - DATE_ATOM: 2026-01-19T13:45:37-03:00

20 Jan 2026, 15:49:23
PAULA CARINE NASCIMENTO GOMES (ce738a82-6e7b-4c94-ba17-d81518e4e745). Email: paula.gomes@s3saude.com.br. **ALTEROU** o signatário **mendoca.bel@hotmail.com** para **mendonca.bel@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2026-01-20T15:49:23-03:00

23 Jan 2026, 06:40:24
ISABEL CRISTINA ALVES MENDONCA **Assinou** - Email: mendonca.bel@hotmail.com - IP: 200.254.151.130 (200.254.151.130 porta: 5500) - Geolocalização: -12.927599689554523 -38.42991742769853 - Documento de identificação informado: 481.508.785-72 - DATE_ATOM: 2026-01-23T06:40:24-03:00

23 Jan 2026, 19:00:06
PAULA CARINE NASCIMENTO GOMES **Assinou** (ce738a82-6e7b-4c94-ba17-d81518e4e745) - Email: paula.gomes@s3saude.com.br - IP: 187.44.246.128 (187.44.246.128 porta: 38016) - Geolocalização: -12.876542559122063 -38.31714140754729 - Documento de identificação informado: 021.680.325-05 - DATE_ATOM: 2026-01-23T19:00:06-03:00

26 Jan 2026, 11:56:30
NICOLE GOMES DOS SANTOS (b5b3247f-bb67-48b3-bcba-aeb326940f5c). Email: nicole.santos@s3saude.com.br. **ADICIONOU** o signatário **fabio@vecadvocacia.adv.br** - DATE_ATOM: 2026-01-26T11:56:30-03:00

27 Jan 2026, 13:49:40
ADIELMA DO SOCORRO DA SILVA NIZARALA **Assinou** (5c8b11f1-1828-47e9-84f2-a8b3f861d661) - Email: diretoriamedica.hmsf@s3saude.com.br - IP: 187.44.153.214 (187-44-153-214.STATIC.itsweb.com.br porta: 15464) - Documento de identificação informado: 511.662.245-20 - DATE_ATOM: 2026-01-27T13:49:40-03:00

27 Jan 2026, 15:55:00
AMADO NIZARALA **Assinou** (5a92bf12-74c4-45d5-aa3c-66cd6ef5bf8f) - Email: amado.nizarala@s3saude.com.br - IP: 64.181.186.30 (64.181.186.30 porta: 5368) - Documento de identificação informado: 490.644.100-97 - DATE_ATOM: 2026-01-27T15:55:00-03:00

28 Jan 2026, 13:52:45
FÁBIO PIRES DA SILVA **Assinou** - Email: fabio@vecadvocacia.adv.br - IP: 200.170.179.138 (200-170-179-138.xf-static.ctbcnetsuper.com.br porta: 19524) - Documento de identificação informado: 039.937.485-06 - DATE_ATOM: 2026-01-28T13:52:45-03:00

30 Jan 2026, 16:32:34
YURGAN TARGE PASSOS SANTANA **Assinou** (8789f7b8-8d27-48b6-8f27-0d7195685bb4) - Email: yurgantarge.contratos@s3saude.com.br - IP: 177.158.214.127 (177.158.214.127.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 52982) - Documento de identificação informado: 004.256.495-63 - DATE_ATOM: 2026-01-30T16:32:34-03:00

Hash do documento original
(SHA256):84dd60d8ad4cf4c5bbb696a0f1070f6524c01594afcae3ec4bdaa545dd8b839e
(SHA512):6ad9df9fef08fa0e5635674b6e04bbb5eddda38642c714892e14bbd5475d686ac251a41daf6baa93a50cac6bd47933e852425b98577afcd50f67a86bc41ad3dd

Hash dos documentos anexos
Nome: GLB - contrato da Empresa.pdf
(SHA256):c4dcd564400d3288d9f7a1f6b2b45c37c7635d15ad4a201ecce672ff81723ed1
(SHA512):24f975c50cb609c15e5f6b9939b3f200fad793404fbb3d1a65f04c60ece25825e3d8b608eebf36e373f1286ed2b2a59291d0f9caf97aca4855814cc87f3b9ec5

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.